



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



12 de 16

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos e contribuições.....	(28.944)	432.640	(27.980)	432.640
Alíquota nominal.....	34%	34%	34%	34%
Receita (Despesa) esperada à taxa nominal.....	9.841	(147.098)	9.513	(147.098)
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições)/exclusões				
Equivalência patrimonial.....	(306)	(3.205)	(306)	-
Realização de correção monetária especial.....	(28)	(430)	(28)	(430)
Doações e subvenções.....	-	2.372	-	2.372
Outras (adições)/exclusões.....	4.699	(7.770)	4.063	(10.975)
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio.....	2.772	35.136	2.772	35.136
Incentivos fiscais.....	374	6.496	374	6.496
IRPJ e CSLL.....	17.352	(114.499)	16.388	(114.499)
IRPJ e CSLL correntes.....	(3.735)	(122.106)	(4.699)	(122.106)
IRPJ e CSLL diferidos.....	21.087	7.607	21.087	7.607
IRPJ e CSLL.....	17.352	(114.499)	16.388	(114.499)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	31/12/2014	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2015
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e litígios.....	49.954	-	(8.728)	41.226
Provisão para obrigações atuariais.....	5.351	(5.936)	8.028	7.443
Provisão para ajustes de CPC's.....	148.784	-	10.107	158.891
Provisão para contingências tributárias.....	35.813	-	(6.932)	28.881
Outras provisões temporárias diversas.....	9.605	-	21.843	31.448
Total do ativo.....	249.507	(5.936)	24.318	267.889
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Varição cambial diferida.....	6.957	-	(2.103)	4.854
Provisão para ajustes de CPC's.....	95.837	(1.770)	7.218	101.285
Provisão para obrigações atuariais..	12.128	(4.626)	-	7.502
Total do passivo.....	114.922	(6.396)	5.115	113.641
Total líquido.....	134.585	460	19.203	154.248

Nos dias 09 e 10 de março de 2015, foi aprovado respectivamente, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, o estudo técnico elaborado pela Companhia, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os eventos tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2015, conforme estimativa a seguir:

Expectativa de realização do ativo diferido	Controladora / Consolidado
Em 2016.....	23.431
Em 2017.....	24.932
Em 2018.....	16.762
Em 2019.....	16.763
Em 2020.....	10.919
Após 2020.....	175.082
	267.889

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

(c) Lei nº 12.973/14

Em 1º de janeiro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 12.973/14, tendo em vista que a Companhia decidiu não antecipar os efeitos desta lei em 2014. A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados, conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

16. Convênios de Cooperação Técnica

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênios assinados pela Companhia com: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana - SEDRU; Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS; Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas - SEDINOR/Ministério das Cidades/Ministério da Integração Nacional; Secretaria de Estado da Saúde - SES; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba - CODEVASF e Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. O objetivo destes convênios é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Nordeste de Minas, Centro Oeste, Sul e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores, quando recebidos, reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica, no passivo circulante, e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

De acordo com determinação contida na Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, os recursos de convênio de cooperação técnica serão mantidos em conta bancária específica e os saques só serão permitidos para pagamento de despesas constantes do Programa de trabalho, e os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial. O montante dos recursos disponíveis de convênios de cooperação técnica é registrado no item "bancos e aplicações de convênios".

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	Controladora		Líquido
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	
31 de dezembro de 2015			
Estado.....	58.404	(41.562)	16.842
Outros.....	186.136	(161.242)	24.894
Total.....	244.540	(202.804)	41.736
31 de dezembro de 2014			
Estado.....	73.042	(57.303)	15.739
Outros.....	131.288	(109.633)	21.655
Total.....	204.330	(166.936)	37.394
Consolidado		Líquido	
A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)		
31 de dezembro de 2015			
Estado.....	610.041	(594.546)	15.495
Outros.....	186.136	(161.242)	24.894
Total.....	796.177	(755.788)	40.389
31 de dezembro de 2014			
Estado.....	588.709	(560.501)	28.208
Outros.....	131.288	(109.633)	21.655
Total.....	719.997	(670.134)	49.863

17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações de longo prazo.....	104.895	121.582
Obrigações de curto prazo.....	18.495	16.050
	123.390	137.632
Contribuições normais.....	12.929	12.680
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial.....	136.319	150.312

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

Plano de Benefícios RPI - BD.....	2.013	2.958
Plano COPASA Salgado.....	9.388	3.442
Novo Plano COPASA - CD.....	(859)	(441)
	10.542	5.959

Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício.....	1.408	(10.389)
Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente do exercício.....	14.563	13.155

a) Valores consolidados

Os valores referentes aos planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações financiadas.....	(811.768)	(870.397)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial.....	-	3.944
Valor presente da obrigação líquida.....	(811.768)	(866.453)
Valor justo dos ativos do plano.....	788.132	755.495
Restrição do déficit contratado.....	(7.357)	-
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional).....	(73.765)	(9.908)
Ativo / (passivo) líquido do plano.....	(104.758)	(120.866)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Em 1º de janeiro.....	870.397	772.621
Custo do serviço corrente.....	(463)	(636)
Custo financeiro.....	93.341	88.949
Contribuições dos participantes do plano.....	2.090	1.990
Remensurações Atuariais.....	(107.780)	45.747
Benefícios pagos pelo plano.....	(45.818)	(38.274)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro.....	811.767	870.397

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Em 1º de janeiro.....	755.495	703.355
Retorno real sobre os ativos do plano.....	51.848	67.240
Contribuições do empregador.....	24.517	21.184
Contribuições dos empregados.....	2.090	1.990
Benefícios pagos.....	(45.818)	(38.274)
Valor justo em 31 de dezembro.....	788.132	755.495

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos serviços correntes.....	(464)	(636)
Custo financeiro.....	93.342	88.949
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	(82.336)	(82.354)
	10.542	5.959

As (receitas) despesas com os planos no valor de R\$10.542 (R\$5.959 em dezembro de 2014) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2015 foi de R\$51.848 (R\$67.240 em dezembro de 2014).

18. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$2.773.985.614,66 (dois bilhões, setecentos e setenta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos), representado por 119.684.430 (cento e dezoito milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A COPASA está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$3,0 bilhões, mediante a deliberação do Conselho de Administração.

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de abril de 2015, o Conselho de Administração da COPASA aprovou a constituição de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), por parte do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, para posterior aumento de capital, no valor de R\$128,4 milhões, cujos valores já foram repassados à Companhia. A constituição do referido AFAC ensejará um posterior aumento de capital, por meio da subscrição particular de ações, a ser deliberado pelo Conselho de Administração.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui 51,1% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se 48,6% das ações e o restante, correspondente a 0,3%, encontra-se em tesouraria.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2015, nenhum valor foi registrado no resultado referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES (R\$6.975 em 2014).

(ii) Retenção de lucros

Em virtude do prejuízo apresentado não houve retenção de lucros em 2015 (R\$195.753 em dezembro de 2014).

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

(i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota 17). Em 31 de dezembro de 2015, o saldo credor dessa conta totaliza R\$14.563 (R\$13.155 em dezembro de 2014).

(ii) Correção monetária de ativos: corresponde a aplicação do IAS 29 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo credor dessa conta totaliza R\$14.870 (R\$18.529 em dezembro de 2014).

(iii) Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa Foz Jeceaba. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo credor desta conta totaliza R\$12.728 (R\$12.506 em dezembro de 2014).

(d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas de qualquer espécie gozam do direito de receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes que não forem reclamados dentro do prazo de três anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício.....	(11.592)	318.141
Reserva legal - (5%).....	-	(15.907)
Reserva de incentivos fiscais.....	-	(6.975)
Lucro (Prejuízo) líquido.....	(11.592)	295.259
Dividendo mínimo obrigatório - 25%.....	-	73.815

A Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2009 delegou ao Conselho de Administração da Companhia o poder de definir anualmente o percentual a ser pago a título de juros sobre o capital próprio. Assim, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião de 18 de março de 2015, a distribuição de dividendos de 2015, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, no percentual de 25% sobre o lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76, no montante de R\$8.152 (R\$0,07 por ação) líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$595. Em 2014, o valor foi de R\$103.340 (R\$0,87 por ação), líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$6.961.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, os juros foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$2.772. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo da conta de "juros sobre o capital próprio a pagar" está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Juros sobre o capital próprio a pagar no início do exercício.....	2.516	31.646
Juros sobre o capital próprio propostos.....	8.152	103.340
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio.....	(1.539)	(6.961)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício.....	(2.305)	(125.509)
Transferência para a conta 1234.7.....	766	-
Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante.....	7.590	2.516

(e) Lucros acumulados

	2015	2014
Em 01 de janeiro de.....		
Lucro (Prejuízo) do exercício.....	(11.592)	318.141
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio.....	(8.152)	(103.340)
Transferência para reserva legal.....	-	(15.907)
Transferência para retenção de lucros.....	16.085	(195.753)
Reserva de incentivo fiscal.....	-	(6.975)
Realização da correção monetária de ativos.....	3.659	3.834
Em 31 de dezembro de.....	-	-

(f) Lucro por ação

• Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra "a" desta nota).

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia.....	(11.592)	318.141
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares.....	119.327	119.327
Lucro (Prejuízo) básico por ação.....	(0,10)	2,67

• Diluído

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há valores mobiliários a serem convertidos em ações.